

Deputado quer vetar acesso

Proposta prevê proibição de contratações ano que vem

a emprego público

devido às eleições para a ^{Ass.} Constituinte

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE) — um dos responsáveis pela subcomissão setorial da Comissão Interpartidária de Estudos Constitucionais, encarregada de defender a Assembléia Nacional Constituinte da influência do poder econômico e da máquina estatal — anunciou ontem que irá propor a prorrogação da proibição legal de todo e qualquer tipo de admissão no serviço público federal, estadual e municipal por todo o ano de 1986.

Esta proposta será apresentada formalmente na reunião plenária da comissão interpartidária na próxima quinta-feira e será, de acordo com Maurílio Ferreira Lima, a primeira medida a ser debatida visando a preservação da lisura das eleições que escolherão os parlamentares constituintes em 1986. A proposta foi elaborada com base no artigo 18 do Regimento Interno da Comissão, que dá a seus membros prerrogativas de propor emendas constitucionais, ou a revogação ou a modificação de certos diplomas legais.

— Esta medida, se vier a ser efetivada — disse o deputado — irá atender a revolta da opinião pública nacional diante do festival de nomeações realizado em quase todos os Estados e municípios por governadores e prefeitos que vivem de pires na mão, reclamando uma reforma tributária e maiores recursos.

Nem o próprio Poder Legislativo, segundo o deputado pernambucano, escapou a este festival de escândalos. Ele afirma que se as nomeações no Congresso Nacional não foram feitas com o objetivo de influenciar as eleições passadas, “pelo menos marcaram o triste testamento político de uma figura inexpressiva que o antigo regime alçou à presidência do Congresso Nacional, o senador Moacyr Dalla, que deixou a cena política na direção do trem da alegria do Senado”.

ANC 88
Pasta 09/S5
041/1985

Tomando como base estes fatos, Maurílio Ferreira Lima explicou que não apenas o poder econômico pode influenciar negativamente o resultado das eleições da Assembléia Nacional Constituinte. “Enquanto os tubarões do dinheiro querem comprar votos com o dinheiro que lhes pertence, amealhado lícita ou ilícitamente, os governantes inescrupulosos pretendem o mesmo objetivo com o dinheiro de todos nós”, alerta.

No que se refere à influência maléfica do poder econômico, que através da organização de “caixinhas milionárias” pretende financiar mandatos para ter maioria na Assembléia Nacional Constituinte, o deputado Manoel Costa deverá dirigir correspondência a todos os órgãos da sociedade civil, bem como estudar a legislação estrangeira sobre a matéria, a fim de enriquecer os trabalhos da Comissão.

O deputado Manoel Costa (PMDB/MG), em conjunto com Maurílio Ferreira Lima, se encarregará de promover debates em todo o País sobre os riscos da compra de mandatos à Constituinte, através do encaminhamento dos trabalhos da subcomissão setorial de Estudos Constitucionais.

I
a-
le
r-
u-
ta
lé-
ia.
a.
to
n-
un-
si-
do
ia
is-